

190

WASHINGTON NOVAES

# Outra pajelança em Brasília?

**N**oticia-se que, mais de uma década após os acontecimentos que geraram o impasse, e superando as resistências do arquiteto Oscar Niemeyer e de alguns setores descontentes, afinal o governo Distrito Federal vai inaugurar este mês o Museu do Índio, construído no Eixo Monumental de Brasília.

Talvez muitas pessoas já não se lembrem dos fatos. O Museu foi construído ainda no governo José Aparecido. Mas na hora de implantá-lo e inaugurá-lo, surgiram os obstáculos. Setores ligados à área de segurança, temendo novas manifestações dos índios (mobilizados em defesa de seus direitos na Constituição que se discutia) em área tão próxima ao coração do poder, vetaram a instalação. E essa postura acabou ganhando - ao que parece por outras razões, como se relatou neste espaço em artigo recente - a adesão de Niemeyer, que propôs instalar ali um Museu de Arte Moderna e transferir o Museu do Índio para uma sala na Universidade de Brasília.

Inconformados, os índios fizeram ali uma pajelança e invocaram a maldição dos espíritos para quem lhes usurpasse o espaço. E o fato é que, apesar de várias tentativas, ninguém conseguiu levar adiante, ali, nenhuma outra iniciativa.

Talvez o governo do Distrito Federal e os índios pudessem agora convidar para a inauguração o presidente da República. Por muitas razões.

Boas maneiras, em primeiro lugar - afinal se trata de um vizinho ilustre, ocupante de outro espaço nobre tão próximo, chefe de um poder com o qual têm de relacionar-se diretamente. Depois, para agradecer as demarcações de terras indígenas que têm sido feitas em seu governo. Em terceiro lugar, para pedir-lhe mais recursos para a Funai - em situação cada vez pior, à míngua mesmo. Em seguida, para sugerir que tire da cabeça do novo presidente desse órgão as idéias esdrúxulas que tem anunciado, todas na direção de promover a aculturação dos grupos indígenas, regulamentar exploração de madeira e minérios em suas áreas.

A parte mais decisiva da conversa, entretanto, poderia ser para

pedir a demarcação de uma grande parte das terras indígenas, onde muitos grupos estão à espera disso desde que a Constituição de 1988 deu um prazo de cinco anos para essa providência. E quando chegar essa hora, os convidantes poderiam aproveitar para um apelo em favor de seus irmãos da área Raposa-Serra do Sol, em Roraima, que estão sofrendo muito.

Quem lê o relato de d. Marcelo Carvalheira e d. Aparecido José Dias, que, representando a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), discuti-

ram esse assunto no último dia 24 com o Chefe da Casa Civil da Presidência, Clóvis Carvalho, só pode estar muito preocupado, se não alarmado.

Segundo esse relato, o Chefe da Casa Civil lhe disse que a demarcação dessa área respeitará "direitos adquiridos" de fazendeiros e outros invasores e ainda levará "muito tempo". Caberia perguntar: adquiridos como, se não prevalecem direitos fundiários contra terras da União, que são as áreas onde vivem os índios? E que direitos podem ser mais antigos que os dos indígenas, ocupantes dessas áreas há milênios?

E tem mais. O Chefe da casa Civil anunciou também que o governo vai mandar ao Congresso nova proposta para o Estatuto do Índio, que ali já tramita há muitos anos, e que o novo texto deverá contemplar aqueles "direitos adquiridos". Com isso, vai-se com certeza retalhar a área em um arquipélago de pequenas reservas - deixando o restante para os titulares dos supostos direitos adquiridos. Bem no formato experimentado uma década atrás pelo então presidente da Funai, hoje senador por Roraima, Romero Jucá - que fez exatamente isso com a área

dos índios yanomami, desrespeitando os direitos indígenas e a legislação dos parques nacionais, para abrir o território aos garimpeiros cujos votos disputaria mais adiante. Não por acaso, o senador é um dos membros da bancada federal do Estado, que, segundo os jornais, fez essa exigência para votar a favor de uma das últimas medidas de interesse do governo no Congresso.

De que adianta, como assinalam os bispos, o Programa Nacional de Direitos Humanos, do mesmo governo federal, dizer que uma de suas prioridades é a aprovação do Estatuto do Índio, se o que se discutiu durante anos não vai ser respeitado e se essa demarcação vai atender aos direitos de invasores, garimpeiros, madeiros, mineiros e outros, em detrimento dos indígenas?

Talvez os convidantes devessem levar com eles, na audiência, uma cópia de uma recente decisão da Justiça dos Estados Unidos, que assegurou aos índios Chippewa seus direitos sobre áreas dos Estados de Minnesota e Wisconsin - revogando decisões governamentais, principalmente do governo federal norte-americano, que vinham negando esses direitos há 16 anos.

Ou talvez pudessem levar notícias sobre os acontecimentos dos últimos tempos no Canadá, onde um plebiscito nacional assegurou aos índios - e o Parlamento referendou - os direitos sobre cerca de 20% do território, com liberdade para estabelecer ali regras e costumes derivados de sua vivência milenar.

Quem sabe espelhando-nos no exemplo dos países que agora são tidos como modelos de "modernidade" não consigamos, afinal, conferir aos nossos índios o que é seu direito mínimo - respeito?

Se não for assim, vai-se cometer uma deselegância com os donos da festa no Museu, dar de novo muito trabalho aos índios, obrigá-los na inauguração a fazer nova pajelança, para que se respeitem seus direitos. E quem sabe se desta vez eles não acabem fazendo uma pajelança mais abrangente, ameaçando coisas maiores que a da última vez? Cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém.

